

**CPRT**

COMISSÃO DE POLÍTICA  
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

# **RADAR** TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 5 – Número 0296– 27/03 à 31/03/2023

# SUMÁRIO

---

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
  - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
  - e-Social
  - Outras Notícias
  - Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

---

## Destaque da Semana

### [Prorrogada a entrada em produção dos eventos de processo trabalhista](#)

eSocial - 30/03/2023

O início do envio dos eventos relativos às informações referentes aos processos trabalhistas não ocorrerá no dia 1º/04/2023.

Em breve será divulgada a nova data de entrada em produção desses eventos, a partir da qual a GFIP correspondente será substituída pela DCTFWeb.

Instrução Normativa da RFB, regulamentando a substituição da GFIP-Reclamatória pela DCTFWeb, estabelecerá o período de apuração a partir do qual as informações referentes a decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho deverão ser declaradas na DCTFWeb.

## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Publicação do STF reúne jurisprudência nacional e estrangeira sobre direito das mulheres](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/03/2023

O novo volume da série “Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática”, do Supremo Tribunal Federal (STF), tem como tema os [direitos das mulheres](#). A [publicação](#) reúne uma compilação bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, em âmbito nacional e internacional, para auxiliar os atores do sistema de justiça na compreensão das regras constitucionais, processuais e regimentais relacionadas ao tema.

### [Ministro Ricardo Lewandowski antecipa aposentadoria em um mês](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/03/2023

Após 33 anos de magistratura, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, anunciou nesta quinta-feira (30) que se aposentará a partir do próximo dia 11, antecipando, com isso, a data de seu afastamento compulsório em um mês. Ele completa 75 anos no próximo dia 11 de maio. No anúncio que fez à imprensa, o ministro disse que inicia agora um novo ciclo de sua vida, com compromissos profissionais e acadêmicos, após 17 anos na Corte.

### [Mês da Mulher: empregada com contrato temporário também tem direito à licença-maternidade](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/03/2023

Decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), de junho de 2005, assegurou o direito à licença-maternidade a uma professora grávida de oito meses, contratada no regime temporário. No julgamento do Recurso Extraordinário (RE)

287905, o colegiado observou que foram celebrados sucessivos contratos temporários com o mesmo empregador entre fevereiro e dezembro de 1997. Este é um dos precedentes que formaram a jurisprudência do Tribunal nesse sentido.

### [Conscientização sobre autismo deve se estender à inclusão profissional de autistas e familiares](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/03/2023

O Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo é celebrado em 2 de abril. Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o objetivo é difundir informações para a população sobre o autismo e, dessa forma, reduzir a discriminação e o preconceito que cercam as pessoas afetadas pelo transtorno.

### [Contratação fraudulenta para burlar legislação afasta tese vinculante do STF sobre terceirização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/03/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar recurso da EKT - Lojas de Departamento Ltda. e do Banco Azteca do Brasil S.A., do mesmo grupo econômico, contra decisão que declarou o vínculo de emprego de um consultor terceirizado diretamente com o banco. Conforme o colegiado, ao reconhecer a contratação fraudulenta, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) fez uma distinção que afasta a aplicação, ao caso, da tese vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) referente à licitude de terceirização.

### [Empresa de transporte público é condenada por condições sanitárias e de conforto inadequadas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/03/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Viação Anchieta, de Belo Horizonte (MG), contra a condenação ao pagamento de indenização de R\$ 300 mil por danos morais coletivos em razão de condições sanitárias e de conforto inadequadas para os motoristas de ônibus nos estabelecimentos fornecidos nos pontos de controle das rotas em que opera.

### [Bancário será indenizado por problemas decorrentes de assédio moral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/03/2023

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que um bancário do Paraná sofreu assédio moral no ambiente de trabalho e condenou o Banco Bradesco S.A. ao pagamento de R\$ 50 mil de indenização. Ele também receberá reparação material decorrente de diversas doenças desenvolvidas em razão do trabalho.

### [Discussão sobre constitucionalidade da tarificação de danos morais é enviada ao Pleno do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/03/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu encaminhar ao Pleno a discussão sobre a constitucionalidade do artigo 223-G, parágrafo 1º, da CLT, que prevê a tarificação das indenizações por danos extrapatrimoniais (ou morais) com base no salário contratual do empregado. De acordo com a Constituição Federal, a inconstitucionalidade de lei só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial.

### [Emissora não terá de indenizar ator por falta de registro na carteira de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/03/2023

A Record S.A. - Rádio e Televisão foi absolvida de ter de pagar indenização de R\$ 30 mil por danos morais a um ator, por não ter anotado seu contrato na carteira de trabalho por dois anos. A decisão é da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que entendeu que a falta de anotação, por si só, não configura dano moral.

## Notícias do Executivo

[Ministro Luiz Marinho se reúne com equipe de governo e centrais sindicais para discutir valorização do salário mínimo](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/04/2023

Nesta segunda-feira (3), às 11h, a Equipe de Governo e as Centrais Sindicais se reúnem para discutir a valorização do salário mínimo. Será o primeiro encontro do Grupo de Trabalho com as Centrais para se discutir o tema. O evento ocorrerá no Ministério do Trabalho e Emprego, bloco F, da Esplanada dos Ministérios, e será aberto para cobertura de imagens. Ao final da reunião, autoridades estarão disponíveis para entrevista.

[SIT participa do lançamento do evento de atualização de Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho da iniciativa SmartLab](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/03/2023

Secretário de Inspeção do Trabalho participou da Atualização do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, da Iniciativa SmartLab, que ocorreu no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, na última terça-feira (28). O SmartLab é uma plataforma de informações oficiais e públicas, criada pelo MPT e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), disponível à sociedade em geral, em que são consolidadas informações do Sistema Estatístico Nacional sobre o mundo do trabalho, abrangendo dados de pesquisas e levantamentos censitários e amostrais do IBGE e das áreas da Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, Justiça, e Assistência e Desenvolvimento Social, entre outras.

[País gerou 241.785 postos de trabalho formais em fevereiro](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 29/03/2023

Em fevereiro, o saldo de emprego formal no país, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), foi de 241.785 postos de trabalho, resultante de 1.949.844 admissões e 1.708.059 desligamentos no mês. Do total de postos de trabalho gerados, 164.443 podem ser considerados típicos e 77.342 não típicos. O saldo do mês foi mais positivo para mulheres, com geração de 125.311 postos para o grupo feminino, enquanto para os homens a geração foi de 116.474 postos em fevereiro. Foi identificado também a saldo positivo de 261 postos de trabalho a população com alguma deficiência.

[Conselho Nacional de Previdência Social define em 1,97% o teto de juros do consignado para beneficiários do INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 28/03/2023

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) definiu em reunião nesta terça-feira (28), em Brasília (DF), os novos tetos de juros dos consignados para beneficiários do INSS. O limite para o empréstimo com desconto em folha será de 1,97%, enquanto pela modalidade via cartão de crédito estará em 2,89%. Baseado em estudos dos ministérios, Banco do Brasil e Caixa sobre as operações de crédito, Lupi, que preside o Conselho, apresentou a proposta encaminhada pelo governo federal com índice máximo de 1,97% para o desconto em folha.

[MPS lança 2ª edição do Guia Rápido de Previdência para Autônomos](#)

Ministério da Previdência Social - 28/03/2023

A Secretaria de Regime Próprio e Complementar lança, nesta terça-feira, a segunda edição do Guia Rápido de Previdência para Autônomos. O material auxilia no planejamento para aposentadoria dos trabalhadores por conta própria. O Guia apresenta os tipos de filiação possíveis na previdência pública e algumas alternativas e estratégias de complementação de renda para a aposentadoria com a previdência privada e outros instrumentos financeiros, como o novo título público para aposentadoria chamado Tesouro RendA+.

[Conscientização sobre a importância da SST marca o Movimento Abril Verde](#)

Fundacentro - 01/04/2023

Entre 2012 e 2022, 25.492 mil trabalhadores morreram em decorrência de acidentes de trabalho no Brasil, de acordo com dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho - SmartLab, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Foram registradas mais de 6 milhões de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT). O Movimento Abril Verde é uma iniciativa que busca conscientizar a população sobre a importância da saúde e segurança no trabalho. O movimento surgiu como uma forma de lembrar o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, que é celebrado no dia 28 de abril.



## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[TRT-RO declara inconstitucionalidade de regras da CLT sobre prorrogação de jornada em ambientes de trabalho insalubres](#)

Ministério Público do Trabalho - 31/03/2023

A Justiça do Trabalho de Rondônia declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da CLT que permitem a prorrogação da jornada de trabalho em ambiente insalubre, sem a necessária inspeção prévia e permissão da autoridade competente, conforme o artigo 60 da lei. Foi reconhecido que a norma impugnada viola norma constitucional que prevê a necessidade da redução dos riscos inerentes ao trabalho conforme os parâmetros expressos nos artigos 6º, 7º, inciso XXII, e 196 da Constituição Federal.

[MPT divulga resultado de consulta pública sobre a atuação institucional nos próximos sete anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/03/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou os resultados da consulta pública sobre os temas trabalhistas que devem ser prioritários para a instituição nos próximos sete anos. As respostas servem como orientação para o novo [plano institucional](#) que estará em vigor durante o período de 2023 a 2030.

[MPT participa de audiência pública sobre projeto que regula a expropriação de propriedades suspeitas de trabalho escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/03/2023

Em audiência realizada na quarta-feira (29), no Senado Federal, o MPT defendeu a importância das mudanças na legislação que buscam melhorias aos trabalhadores submetidos a trabalho escravo. O debate foi realizado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Casa e foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

### [Mortalidade no trabalho cresce em 2022 e acidentes notificados ao SUS batem recorde](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/03/2023

De 2012 a 2022, foram comunicados 6,7 milhões acidentes de trabalho e 25,5 mil mortes no emprego com carteira assinada, segundo os dados atualizados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, desenvolvido no âmbito da Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente, coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil. As informações se baseiam em comunicações de acidentes de trabalho (CAT) ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

### [PGT defende fortalecimento do combate ao trabalho escravo em audiência na Câmara dos Deputados](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/03/2023

Os recentes casos de trabalho escravo foram tema de audiência pública realizada na tarde desta terça-feira (29), na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. O debate foi solicitado pelo Deputado Federal Padre João (PT-MG) e contou com a participação do procurador-geral do Trabalho (PGT), José de Lima Ramos Pereira.

### [MPT promove audiência pública com empresas de MT para debater acidentes e doenças do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/03/2023

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) promove, em 26 de abril, audiência pública com empresas de Mato Grosso para debater a importância da regularização das notificações de agravos relacionados ao trabalho. A iniciativa, conduzida pelo procurador do Trabalho Bruno Choairy Cunha de Lima, integra o programa Promoção da Regularização das Notificações de Acidente de Trabalho, projeto nacional do MPT.

## **Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho**

[Conatrae aprova criação de GT para discutir alinhamento na divulgação das operações de combate ao trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/03/2023

Em reunião da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae realizada nesta quarta-feira, 29 de março, a extensa pauta deu destaque ao problema institucional causado em razão da divulgação equivocada de operações de resgate de trabalhadores escravizados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM. Nas matérias publicadas por diversos veículos há equívocos em relação às competências de Auditores-Fiscais do Trabalho, que fazem o resgate de trabalhadores, com os demais integrantes do GEFM.

[CDH: Deputados, SINAIT e PGT denunciam precarização da Inspeção e alertam para urgência de concurso para Auditor](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/03/2023

Deputados, dirigentes do SINAIT e o procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Pereira, denunciaram a precarização da Inspeção do Trabalho e alertaram para a urgência da realização de concurso para Auditor-Fiscal do Trabalho, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDH) da Câmara dos Deputados. Para os debatedores, fica claro que o desmonte da Fiscalização do Trabalho prejudica o combate ao trabalho análogo ao escravo (TAE).

[SRT-PB realiza palestra sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, com o olhar para a Mulher](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/03/2023

A programação especial pelo mês da mulher, realizada pela Superintendência Regional do Trabalho na Paraíba (SRT-PB), encerrou-se com a palestra “Assédio Moral e Sexual no Trabalho: um olhar para a mulher. O evento aconteceu na tarde desta terça-feira, 28 de março, na Superintendência. Na ocasião, foi realizado o sorteio de vários exemplares do livro “Humanização do Direto Privado”, que teve parte da impressão patrocinada pela Delegacia Sindical do SINAIT na Paraíba.

[SINAIT e entidades do Grupo de Trabalho do Estatuto do Trabalho planejam atividades de 2023](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/03/2023

O SINAIT e instituições que compõem o Grupo de Trabalho do Estatuto do Trabalho reuniram-se nesta segunda-feira, 27 de março, para planejar as atividades a serem desenvolvidas ao longo de 2023. O diretor do Sindicato Renato Bignami e o delegado sindical do Piauí, Alex Myller, participaram da conversa, que foi virtual. O debate sobre o Estatuto do Trabalho foi retomado no dia 16 de março, em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal – o Sindicato foi representado na ocasião por Myller. A proposta, que tem o SINAIT como coautor, tramita no colegiado como Sugestão (SUG) nº 12/2018. Se aprovada na CDH, passa a tramitar como projeto de lei. Com mais de 700 artigos, o texto é resultado de debates com representantes de empregados, trabalhadores e especialistas em relações trabalhistas, ocorridos em 2017 e 2018.

## Outras Notícias

### [Existe discriminação salarial da mulher?](#)

Consultor Jurídico - 01/04/2023

Certamente você já deve estar me julgando somente por ter escolhido este título para o artigo. Pois a resposta é, inquestionavelmente, sim! Contudo, posso afirmar que, apesar de existente a discriminação sexista da mulher em relação a salário e acesso a cargo de liderança, nem sempre essa é a causa dos menores salários das mulheres. Colocar toda a culpa da diferença salarial entre homens e mulheres em uma conduta misógina revela um superficial conhecimento do problema.

### [Empresas com grande predomínio de trabalhadoras devem atrair fiscalização](#)

Consultor Jurídico - 31/03/2023

Em 22 de setembro do ano passado o Diário Oficial da União publicou a Lei Federal nº 14.457/2022, que ficou mais conhecida por instituir o programa “Emprega + mulheres”. Porém só desde o último dia 21 de março, as empresas passaram a ter novas obrigações trabalhistas referentes à Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio).

### [Uso de ação rescisória em caso de terceirização de atividade-fim](#)

Consultor Jurídico - 31/03/2023

Em recente decisão proferida pela Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do Processo ROT-11492-19.2019.5.03.0000, firmou-se entendimento pelo cabimento da ação rescisória com base na não aplicação do entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal

(STF) sobre a licitude da terceirização de atividade-fim.

### [O empregado aposentado por invalidez pode ser demitido?](#)

Consultor Jurídico - 30/03/2023

Conforme preconizado na Consolidação das leis do Trabalho (CLT), o empregado que obteve aposentadoria por motivo de invalidez, aquele considerado incapaz e insusceptível de reabilitação, não pode ser demitido, uma vez que esse evento não acarreta e nem autoriza o rompimento do contrato de trabalho, motivando, tão somente, a sua suspensão por tempo indefinido.

### [Horas extras: TST muda cálculo da remuneração e onera folha de pagamento](#)

Consultor Jurídico - 30/03/2023

No último dia 20/3/2023, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) modificou o seu tradicional posicionamento de mais de dez anos, até então sedimentado na Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 394, da Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1), no seguinte sentido: “A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de bis in idem” (g.n.).

### [TST julgará validade de tarifação de danos morais com base em salário do empregado](#)

Consultor Jurídico - 29/03/2023

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho vai decidir se é constitucional o parágrafo 1º do artigo 223-G da CLT, incluído pela reforma trabalhista, que prevê a tarifação das indenizações por danos morais com base no salário contratual do empregado. Conforme o dispositivo, a reparação deve variar de três a 50 vezes o valor do último salário contratual do ofendido, com base na gravidade da ofensa.

### [Importância da due diligence de terceiros para evitar problemas trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 28/03/2023

As vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton foram envolvidas em caso dos 207 trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão em Bento Gonçalves (RS), uma vez que contratavam os serviços terceirizados da empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde Ltda., segundo denúncia do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul. Para evitar episódios como o que envolveu as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, um dos instrumentos que podem ser utilizados é a due diligence de terceiros. A due diligence de terceiros consiste, basicamente, num procedimento de investigação de uma empresa, oportunidade em que poderão ser verificados fatores contábeis, financeiros, trabalhistas, previdenciários, jurídicos, tecnológicos, entre outros, ficando a abrangência vinculada ao escopo estabelecido.

### [TST vai decidir se CCT pode diferenciar valores de cesta básica para sindicalizados](#)

Consultor Jurídico - 28/03/2023

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho vai decidir a validade de trechos de uma convenção coletiva de trabalho (CCT) do setor de comércio atacadista de refeições coletivas que regulamenta o fornecimento de cesta básica aos empregados sindicalizados e não sindicalizados.

### [TST valida norma coletiva que negava minutos residuais como horas extras](#)

Consultor Jurídico - 27/03/2023

Quando previsto em norma coletiva, é plenamente válida a ampliação do limite de tolerância dos minutos que antecedem e que sucedem a jornada de trabalho, para além dos cinco minutos estabelecidos na CLT. Assim, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a validade de uma cláusula coletiva que havia excluído o cômputo, como horas extras, dos dez minutos anteriores e posteriores à jornada de trabalho. Com isso, uma empresa de calçados e artigos esportivos não terá de pagar tal período a um coordenador de sua unidade em Parobé (RS).

### [Empregada será ressarcida por gastos com internet durante home office](#)

Migalhas - 02/04/2023

A Justiça do Trabalho de Minas Gerais condenou empresa de teleatendimento a ressarcir ex-empregada por despesas com internet no período em que trabalhou

em home office durante a pandemia. A decisão é do juiz do Trabalho André Barbieri Aidar, da 38ª vara de Belo Horizonte/MG, e confirmada pelo TRT da 3ª região.

### [Empresa manterá plano de saúde de empregada vítima de violência sexual](#)

Migalhas - 31/03/2023

A 1ª seção de Dissídios Individuais do TRT da 4ª região decidiu manter decisão de 1º grau que obrigou uma empresa a seguir com o plano de saúde de trabalhadora vítima de violência sexual. O acórdão é resultante do julgamento de mérito de um mandado de segurança movido pelo empregador que tentava reverter a decisão. O relator da matéria, desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso, já havia decidido nesse sentido ao apreciar pedido liminar.

### [TRT-1 autoriza uso de geolocalização para checar jornada de trabalho](#)

Migalhas - 31/03/2023

A 2ª turma do TRT da 1ª região autorizou prova digital de geolocalização para averiguar a jornada de trabalho de uma bancária. O colegiado, por unanimidade, concluiu que estando em discussão a jornada de trabalho, em que a trabalhadora alega ser mais extensa que aquela registrada nos documentos oficiais, é razoável a produção da referida prova.

### [Porto de Santos é condenado em R\\$ 140 mil por acidente de caminhoneiro](#)

Migalhas - 29/03/2023

A 22ª câmara de Direito Privado do TJ/SP decidiu que empresa do terminal de cargas do porto de Santos deve indenizar caminhoneiro que sofreu acidente na área de pesagem do carregamento. O colegiado determinou o pagamento de R\$ 140 mil a títulos de indenização por danos morais, além do pagamento de pensão vitalícia de um salário mínimo, a contar da data do acidente. A ação foi movida por caminhoneiro que sofreu uma queda dentro do terminal da empresa, quando retirava a lona de seu veículo para a classificação da carga. Ele sofreu lesões significativas e teve sua capacidade de trabalho reduzida. A companhia alegava culpa exclusiva da vítima, que não teria seguido as normas e procedimentos de segurança.



## [TRT-2 reconhece vínculo empregatício em regime de crowdwork](#)

Migalhas - 29/03/2023

Trabalhadores de uma empresa que operava em regime de terceirização online (crowdwork) obtiveram o reconhecimento ao vínculo empregatício em ação Civil pública ajuizada pelo MPT. De acordo com a decisão proferida pela 17ª turma do TRT da 2ª região, a companhia, que atua na área de atendimento virtual ao cliente, deve ainda se abster de contratar profissionais em modalidades de trabalho diversas quando estiverem presentes os requisitos da relação de emprego.

## [Empresa é condenada por fornecer banheiros imundos e sem box](#)

Migalhas - 29/03/2023

Uma companhia do setor de engenharia foi condenada a pagar R\$ 10 mil em indenização a um trabalhador que usava banheiros e chuveiros sem privacidade e condições dignas de higiene. A decisão é da 14ª turma do TRT da 2ª região, confirmando sentença do juízo de origem. Segundo o empregado, os banheiros eram imundos e sem portas, de forma que todos os trabalhadores viam os demais nus quando utilizavam as dependências para as necessidades diárias.

## [CNMP institui o Código de Ética do Ministério Público](#)

Migalhas - 29/03/2023

O plenário do CNMP aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira, 28, durante 4ª sessão ordinária de 2023, o código de ética do Ministério Público brasileiro. Composto por 40 artigos, 20 princípios e valores éticos, divididos em 12 capítulos, o código institui regras de conduta aplicáveis a todos os membros do MP brasileiro.

## [Assédio moral e assédio sexual: entenda como reconhecer agressões no ambiente de trabalho](#)

Revista Proteção - 28/03/2023

Como saber se uma situação constrangedora no trabalho é ou não é assédio? Como identificar se comportamentos de chefes ou colaboradores são um tipo de violência?

A [Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual](#), publicada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), indica as características de cada tipo de agressão e dá recomendações a vítimas e testemunhas sobre o que deve ser feito quando o assédio é identificado.

### [MPT e OIT selam novo acordo para promover o trabalho decente no Brasil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 31/03/2023

Com o objetivo de fortalecer a parceria e a cooperação técnica entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, e o diretor do Escritório da OIT para o Brasil, Vinícius Pinheiro, assinaram nesta quinta-feira (30) um Memorando de Entendimento (MdE) para promover o trabalho decente no país.

### [Artigo de opinião: A violência e o assédio no trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 27/03/2023

A maioria de nós conhece, ao menos, um caso de alguém que sofreu assédio ou violência no trabalho. Longe de ser um episódio isolado, trata-se de um fenômeno generalizado em todo mundo, cuja perpetuação encontra aliados no silêncio e na inação. Uma pesquisa global realizada pela OIT, em parceria com a fundação Lloyd's Register e o Instituto Gallup, revelou que uma em cada cinco pessoas empregadas já sofreu algum tipo de violência ou assédio - seja físico, psicológico ou sexual - no ambiente de trabalho, em algum momento de sua vida profissional. Isso significa 743 milhões de homens e mulheres em todo o mundo.

### [Construção gerou mais de 22 mil postos de trabalho formais em fevereiro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/03/2023

A Construção Civil foi responsável pela criação de 22.246 novas vagas com carteira assinada no mês de fevereiro de 2023. Segundo dados do novo Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor passou a ser de 2,481 milhões, o que correspondeu a uma alta de 0,9% em relação a janeiro deste ano (2,459 milhões).

## [CANPAT Construção 2023 é lançada durante 96º ENIC](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/03/2023

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), lançará a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Indústria da Construção – CANPAT Construção 2023 durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), no dia 13 de abril.

## [Confira as medidas de prevenção em ordem de prioridade](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/03/2023

Conforme descrito na Norma Regulamentadora (NR-01), a implementação de medidas de prevenção de acidentes deve ouvir os trabalhadores seguindo uma ordem de prioridade.

1. O principal ponto de atenção é a eliminação dos fatores de risco. Eliminar os riscos é a situação ideal e a primeira a ser verificada.
2. Para os fatores de risco que não foram possíveis de serem eliminados, é preciso que ocorra o controle e a adoção de medidas de proteção coletiva, a técnica protege a todos e garante a segurança independente do comprometimento pessoal de cada um no ambiente do trabalho.
3. Também é previsto a minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho.
4. A última ação necessária é a adoção de medidas de proteção individual para os riscos não eliminados nas ações anteriores.

## Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CNPS/MPS N° 1.351, DE 28 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 30/03/2023 Seção I Pág. 118) - Recomenda que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fixe o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, em um inteiro e noventa e sete centésimos por cento (1,97%) e, para as operações realizadas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, em dois inteiros e oitenta e nove centésimos por cento (2,89%).

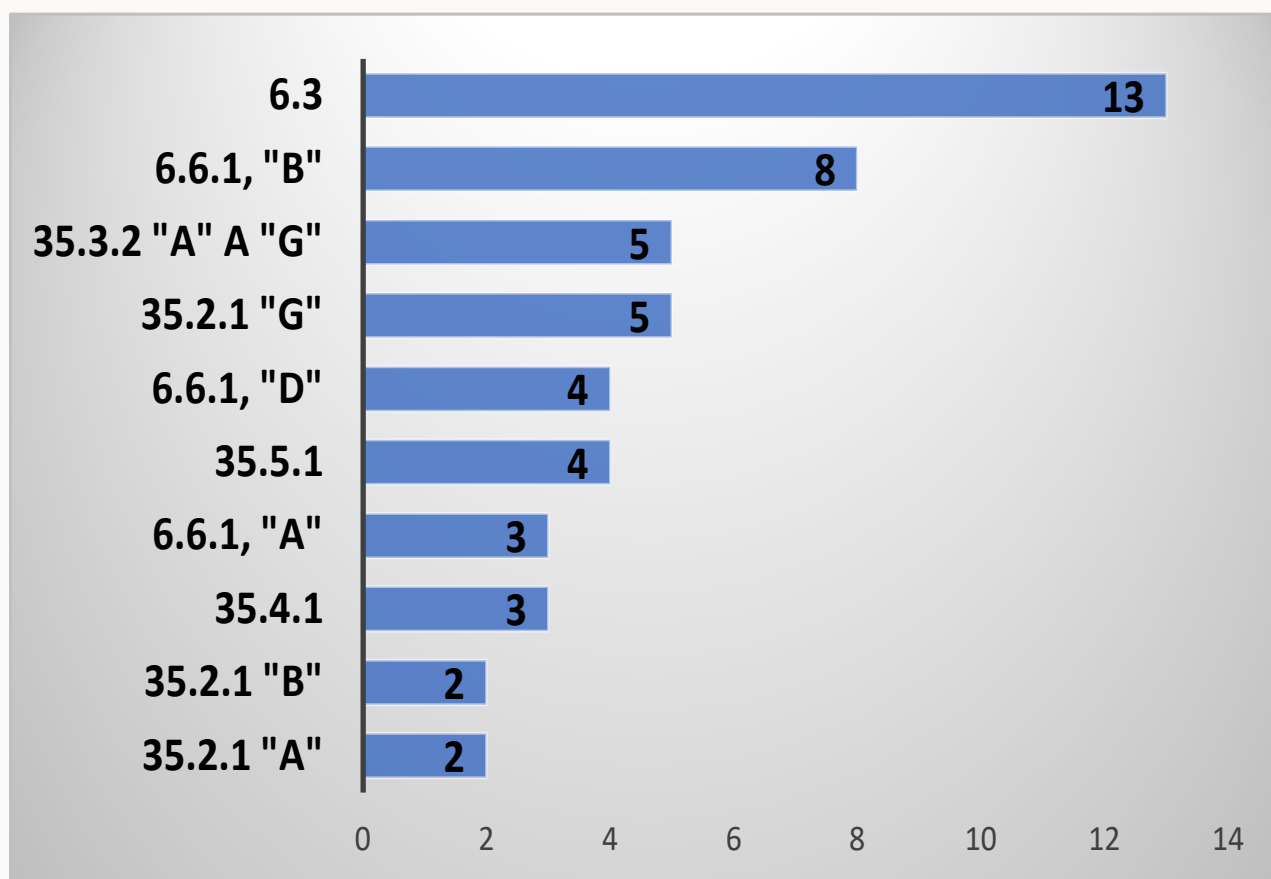
[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.139, DE 30 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 31/03/2023 Seção I Pág. 25) - Altera a Instrução Normativa RFB n° 2.005, de 29 de janeiro de 2021, na parte em que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS N° 146, DE 30 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 31/03/2023 Seção I Pág. 73) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS n° 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraídos nos benefícios pagos pelo INSS;

[PORTARIA MTE N° 962, DE 30 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 31/03/2023 Seção II Pág. 92) - Nomeia os representantes que irão compor o grupo de trabalho de que trata o Decreto n° 11.420, de 24 de fevereiro de 2023, que instituiu Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de Política de Valorização do Salário Mínimo.

## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**6.3** A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

**6.6.1** Cabe ao empregador quanto ao EPI:  
**b)** exigir seu uso;

**35.3.2** Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**g)** garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

**6.6.1** Cabe ao trabalhador, quanto ao EPI:

**d)** comunicar à organização quando extraviado, danificado ou qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e

**35.5.1** É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

**6.6.1** Cabe ao trabalhador, quanto ao EPI:

**a)** usar o fornecido pela organização, observado o disposto no item 6.5.2;

**35.4.1** Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado.

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**b)** assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**a)** garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

**OBS.:** Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

# EXPI **EXPEDIENTE**

---

## **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

## **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

## **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

## **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*